

AO ILUSTRE SR. PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT.

HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.743.288/0001-08, sediada à Rua 104, n.º 74, Setor Sul, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.083-300, vem, com fundamentos da legislação de licitações e no edital do pregão de n.º 17/2022 do Município de Várzea Grande, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face da decisão de classificação da (1ª) **SC MEDICAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME** e (2ª) **ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA**, classificadas nesta ordem indevidamente para o item 06 – ultrassom portátil.

I. BREVE RESUMO DA LIDE

Trata o presente de recurso administrativo interposto nos autos do Pregão Eletrônico **17/2022** promovido pelo Município de Várzea Grande, a fim de demonstrar as graves ilegalidades constantes na classificação do certame, o que será realizado através de argumentações técnicas e embasamentos válidos.

II. DAS RAZÕES RECURSAIS

ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO DO PREGÃO – AUSÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA DO LICITANTE CLASSIFICADO

- **1ª CLASSIFICADA - SC MEDICAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME**

O presente recurso trata sobre a necessidade de desclassificação da empresa **SC MEDICAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME** que cotou o modelo A5 da fabricante **VINNO** para o item 06 – ultrassom portátil, equipamento que não atende na íntegra as solicitações do termo de referência.

Modelo: VINNO A5

I. Solicitado no Edital, item 1: **“Sistema operacional Windows;”**

O modelo em questão não possui o sistema operacional Windows. Tal alegação, se dá pelo fato, de que, em seu manual disponibilizado em Anvisa (81832589002) é explicitamente dito que o equipamento possui um sistema apenas baseado no sistema operacional Windows:

“Este equipamento é baseado no sistema operacional Windows”

➤ Vide: Manual VINNO A5, página 2/244

*Reiteramos que a **escolha** da solicitação do sistema operacional do tipo Windows no edital e não apenas um sistema operacional baseado no mesmo, configura-se como sendo item de extrema importância para a ofertada. Sendo que, tais solicitações foram norteadores para a escolha dos modelos participantes do certame, afim de que, estes estivessem elegíveis ao mesmo e não, visando apenas o melhor custo. Reiteramos o ponto de vista de cumprimento do solicitado em termo de referência para que haja isonomia do certame frente a elegibilidade dos concorrentes.*

• 2ª CLASSIFICADA - ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA

O presente recurso trata sobre a necessidade de desclassificação da empresa que cotou o modelo INVICTUS C5 da fabricante **ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA** para o item 06 – ultrassom portátil, equipamento que não atende na íntegra as solicitações do termo de referência.

Modelo: INVICTUS C5

I. Solicitado no Edital, item 1: **“mínimo de 500.000 canais digitais de processamento de imagem;”**

O modelo em questão promove certa antítese sobre a real quantidade de canais de processamento de imagem, promovendo grande incerteza sobre a real elegibilidade do mesmo ao pregão. Tal alegação, se dá pelo fato de que, em seu manual disponibilizado em Anvisa (80629370020) não é citado em nenhum momento, a quantidade de canais digitais de processamento ou qualquer dado similar ao mesmo. Tal dúvida ainda persiste, pois, a informação não é inclusa em especificação do produto disponibilizado em proposta.

Em decorrência do fato, foi feita uma pesquisa em campos de internet a fim de encontrar a quantidade de processamento digital disponibilizado em outros meios de comunicação/informação e foi encontrado o seguinte **fato**:

“Processamento totalmente digital em avançada plataforma tecnológica de **458.752** canais;”

➤ Vide: <https://www.dormed.com.br/ultrassom-portatil-invictus-c5-plus-alfamed-ult021/p>

Reiteramos que a **escolha** de citação da quantidade de canais de processamento no edital configura-se como sendo item importante para a ofertada, impactando diretamente na qualidade de processamento do equipamento, ou seja, na qualidade exame a realizado. Sendo que, tais solicitações foram norteadores para a escolha dos modelos participantes do certame, afim de que, estes estivessem elegíveis ao mesmo e não, visando apenas o melhor custo.

Diante da ausência de cumprimento, a licitante interpõe o presente recurso, nos termos do direito que lhe é concedido pela Constituição Federal e pela lei de licitações.

O art. 5º da Constituição Federal preconiza que:

*“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, **garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:***

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;”

Ainda nesta seara, ressalta a evidente necessidade de apontamento de um profissional que tenha conhecimento técnico para julgar se a empresa recorrida atende ou não aos requisitos do termo de referência.

Isso porque assim disciplina o art. 17, XI do Decreto nº 10.024/2019 e porque, conforme prevê o art. 9º da Lei nº 10.520/2002, as normas da lei nº 8.666/1993 se aplicam subsidiariamente à modalidade do pregão. *In verbis*:

Art. 9º - Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Por sua vez, o art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666/1993 dispõe:

§ 4º - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5(cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

A Constituição Federal ainda descreve em seu Art. 37, XXI acerca do dever da **Administração Pública obedecer aos princípios da legalidade** – aqui tratado como as normas previstas em edital – e, ainda, aos princípios da moralidade e igualdade de condições a todos os concorrentes.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Outrossim, a Lei de Improbidade Administrativa destaca no seu texto que todos os agentes públicos têm o dever de velar pela observância dos princípios da Administração Pública, *in verbis*:

“Art. 4º - Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato dos assuntos que lhe são afetos.” (Lei n.º 8.429/92).

O entendimento dos Tribunais de Justiça é ratificado quanto a impossibilidade de classificação de empresas que não atendem aos termos do edital, sendo certo que eventual decisão de classificação das empresas incorrerá em nulidade da decisão:

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REALIZAÇÃO DE OBRA ASFÁLTICA. **NÃO ATENDIMENTO A REQUISITOS DO EDITAL.**

DECLASSIFICAÇÃO DA IMPETRANTE. NÃO CONFIGURAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. I - **Em sede de licitação não configura a hipótese de violação a direito líquido e certo, ensejadora de mandado de segurança, a desclassificação de licitante que não atendeu aos requisitos do edital, estabelecidos de forma clara e objetiva.** II - Uma vez previsto no edital que a denominada “DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA”, deverá ser apresentada pelo engenheiro Responsável Técnico pela obra licitada, com as qualificações técnicas previstas em item anterior, apresentada dito documento por outro profissional, não detentor de tais qualificações técnicas, tem-se por não atendidos os requisitos previstos, situação que, por si só, enseja a desclassificação do vencedor. III - Dita desclassificação prescinde, inclusive, de recurso dos demais licitantes, tendo em vista que, **por força do princípio da “vinculação” que orienta o processo licitatório, tanto os licitantes quanto a Administração ficam vinculados aos termos do edital que constitui a lei interna da licitação.** REMESSA CONHECIDA E IMPROVIDA. (TJGO, DUPLO GRAU DE JURISDICAÇÃO 345402-30.2009.8.09.0021, Rel. DES. LUIZ EDUARDO DE SOUSA, 1ª CAMARA CIVEL, julgado em 29/06/2010, DJe 639 de 12/08/2010) (Grifo Nosso)

Dessa forma, diante das graves ilegalidades aqui constatadas, havendo grave desrespeito à legislação e seus princípios legais, a HOSPCOM apresenta suas razões recursais, a fim de que seja a empresa desclassificada, em razão do não atendimento técnico ao disposto em Edital.

III. DO PEDIDO

Ante o exposto, **REQUER** seja recebido o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** a fim de que sejam desclassificadas as empresas (1ª) **SC MEDICAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME** e (2ª) **ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA**, haja vista a grave ilegalidade e desrespeito às exigências e características do descritivo dos itens ofertados e ainda do grave desrespeito ao princípio da economicidade e ampla concorrência, sob pena de incorrer em flagrante ato de improbidade administrativa.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Goiânia, 03 de março de 2023.

HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ sob o n. 05.743.288/0001-08